

Um olhar crítico em tempos de extremos: Raymond Aron e o debate político-econômico dos anos 1950-1970

A critical look in times of extremes: Raymond Aron and the political-economic debate of the 1950's-1970's

Rayssa Silva Vieira

Pesquisadora de Iniciação Científica
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
rayssavieira0311@gmail.com

Recebido: 06/03/2023

Aprovado: 24/01/2024

Resumo: A Guerra Fria foi, decerto, o período em que se explicitou notoriamente o embate entre os dois blocos hegemônicos capitalista e comunista. A partir desse cenário, a presente pesquisa tem como intuito analisar o campo político sob perspectiva do posicionamento crítico do sociólogo francês Raymond Aron. Tal trabalho, vinculado ao projeto “Democracia em Tempo de Guerra Fria”, foi iniciado em outubro de 2020 e desenvolvido, desde então, com uma abordagem político-econômica acerca da dicotomia do período. É respaldado, ainda, pelo referencial teórico-metodológico da História Conceitual do Político, lançando mão, também, das obras autorais de Aron. A hipótese percebida inicialmente, de que o raciocínio de Aron tenderia para um hibridismo do modelo político-econômico, foi confirmada com base na afinidade e convergência dos argumentos aronianos com as teses difundidas por John Maynard Keynes.

Palavras-chave: Guerra Fria, Intervencionismo, Raymond Aron.

Abstract: The Cold War was certainly the period in which the clash between the two hegemonic blocks, capitalist and communist, became notoriously explicit. From this scenario, the present research aims to analyze the political field from the perspective of the critical position of the French sociologist Raymond Aron. This work, which is linked to the project “Democracy in Cold War Times”, started in October 2020 and has been developed, since then, with a political-economic approach about the dichotomy of the period. It is also supported by the theoretical and methodological framework of the Conceptual History of the Politician, also using Aron's authorial works. The hypothesis initially perceived, that Aron's reasoning would tend to a hybridism of the political-economic model, was confirmed based on the affinity and convergence of Aronian arguments with the theses disseminated by John Maynard Keynes.

Keywords: Cold War, Interventionism, Raymond Aron.

Introdução

Este artigo tem como intuito compreender a dinâmica e estruturação do campo (geo)político no contexto da Guerra Fria – mais precisamente entre as décadas de 1950 e 1970. Considera-se, para tanto, o ponto de vista de Raymond Aron, buscando, através de seus escritos, examinar a tensão provocada pela polarização do período. Destaca-se que este estudo se debruça sobre o campo do político sob perspectiva político-econômica, a fim de compreender as observações e críticas aronianas a respeito da sociedade industrial, lançando mão do arcabouço teórico-metodológico da História Conceitual do Político (ROSANVALLON, 1995)¹.

A proposta de analisar a dinâmica geopolítica da Era Bipolar à luz de Raymond Aron se dá pelo fato desse intelectual ter contribuído sobremaneira para o debate de ideias e para a construção de críticas acerca do dualismo central da época: o capitalismo e o comunismo soviético. Aron foi um dos mais destacados intelectuais no Ocidente no período da Guerra Fria, tendo o reconhecimento de suas contribuições filosóficas e sociológicas ligado à sua filiação à corrente do Realismo. Exatamente por isso, Aron temperou a arena política dos intelectuais no pós-Guerra com polêmicas, ideias conflitantes que colocavam os atores políticos de ambos os campos em xeque, de modo a escancarar hipocrisias, falhas e, às vezes, congratulando atitudes eficientes e responsáveis proporcionais às realidades sociais. Desse modo, podemos entender o posicionamento de Raymond Aron em um ponto intermediário, ainda que sua balança favorecesse o modelo democrático e capitalista no cenário da Guerra Fria (LIEBEL, 2016, p.14).

Além disso, busca-se compreender, sobretudo, a sua defesa pela democracia, a qual indica a tendência de Aron a ser favorável a um modelo político-econômico híbrido. Esta hipótese foi constatada no decorrer da pesquisa, uma vez que os trabalhos do sociólogo francês demonstram uma

¹ Mobilizaremos a História Conceitual do Político em razão da necessidade de não nos atermos a constatações genéricas, pelo contrário, devemos coletar o máximo de informação sobre determinada racionalidade política. A singularidade da história conceitual se dá a partir de seu método, que possui duas características: interativa e compreensiva. A primeira significa observar como se relacionam as instituições, a cultura política e os acontecimentos uns com os outros. Já a compreensiva, consiste em compreender uma situação a ressignificando, abordando a história como os fatos ocorrem ou virão a acontecer. A História Conceitual do Político no seu modo compreensivo proporciona a apreensão do passado a fim de questionar o presente, diferentemente do que acontece com a História das Ideias, que promove uma interpretação do passado em conformidade com o presente. O arcabouço metodológico referenciado não exclui, portanto, as atribuições de disciplinas como História das Ideias, Filosofia Política, História dos Acontecimentos e das Instituições e História das Mentalidades; pelo contrário, elas coexistem de forma a auxiliar e ao proporcionar uma perspectiva diferente de análise. Destaca-se, por fim, que a História Conceitual do Político desenvolve a historização do político, sendo o seu objeto principal de estudo a *racionalidade política*.

afinidade com as proposições keynesianas no que tange às políticas econômicas, sendo objetivo deste artigo explicar o motivo pelo qual a hipótese foi possível de ser concebida.

Após a Segunda Guerra Mundial, duas potências protagonizaram o cenário político, bélico, social e cultural no mundo: Estados Unidos da América, liderando o polo capitalista, e, no outro polo, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A dicotomia instaurada por esses dois agentes fazia com que a ordem social fosse estabelecida por dualidades, muitas vezes, de forma acrítica.

Tendo em vista tal conjuntura, o campo das ideias e de produção intelectual também se dividia, em grande medida e em diferentes espaços, com base em uma dinâmica dicotômica. Baseado na França, mas com atuação abrangente e transnacional, Raymond Aron se destacava como um intelectual *outsider* do político, exercendo influência com seus livros e artigos opinativos publicados em vários países do Ocidente. Seus trabalhos propõem ao leitor pensar a circunstância no tempo presente, *i.e.*, considerando a realidade instaurada naquele momento, de modo a admitir a alternativa mais adequada para a ocasião. A filosofia de Raymond Aron se traduz pela prevalência do racional em detrimento das *paixões políticas* (ANSART, 2019) que precedem as ações dos indivíduos. Além disso, é defendido por ele que o debate político seja exercido – à luz da perspectiva weberiana – com a diferenciação entre o que é ideológico e o que é responsável, sobretudo “ser antes responsável do que partidário” (LIEBEL, 2016, p. 11). E como *outsider*, Aron consegue, por meio de suas obras, convergir com suas críticas e análises os dois polos antagônicos. Ao preconizar o real e o prático da conjuntura, a produção intelectual de Aron assume um caráter marginal em meio a um mundo bipolarizado, o que a torna imperiosa de ser investigada.

Com o intuito de compreender tal ideia, é necessário entender, em primeiro lugar, como o sociólogo compreende a sociedade do século XX, quais os conceitos que ele utiliza para diferir a bipolaridade nas sociedades da época, e o que possibilitaria a otimização nessas sociedades que podem tender a um hibridismo político-econômico.

A conceituação sociológica da sociedade moderna e industrial

O presente artigo utiliza como principais obras *As Dezeto Lições sobre a Sociedade Industrial* (ARON, 1981) e *A Era da Tecnologia* (ARON, 1965) para a análise das reflexões e interpretações do sociólogo acerca das políticas econômicas do contexto de Guerra Fria. Faz-se necessário analisarmos, de antemão, a maneira pela qual Raymond Aron conceitua e entende o funcionalismo da

sociedade moderna. Discorre-se em *A Era da Tecnologia* que ela se encontra em constante expansão, tanto territorial quanto populacional, sendo as mudanças no dinamismo social e a renovação quantitativa de bens uma obsessão desse tipo de sociedade. Além disso, a sociedade moderna é caracterizada pela organização do trabalho, utilização de instrumentos que auxiliam e proporcionam maior produtividade ao executar o trabalho; o trabalhador gasta menos energia, poupa tempo e ainda é mais produtivo que no “tempo das manufaturas”; a exploração de recursos naturais em grande quantidade é algo muito notório nas sociedades modernas, assim como é a vontade do homem de dominar o meio natural em função de obter lucros. A sociedade moderna evidencia uma organização racional da disposição social e uma preocupação pelos futuros planejamentos das diversas demandas de uma sociedade.

Complementarmente, a análise sociológica de Aron em *Dezeto Lições Sobre Sociedade Industrial* consiste em saber como é configurada uma sociedade industrial. Esta possui uma dinâmica social influenciada pelo processo de industrialização. Com isso, Aron nos apresenta sua percepção sociológica que induz o funcionamento político-econômico: separação do local de trabalho do ambiente familiar; divisão do trabalho e seu tipo na sociedade global; a motivação ou impulsão da atividade econômica; a forma de administração do sistema econômico (se é por planificação ou regulação por meio do mercado), etc. Ademais, pode-se observar que todas as sociedades industriais têm em comum a medição do trabalho em horas trabalhadas, efetuando, assim, o que Max Weber denomina de “racionalização do trabalho” (WEBER *apud.* ARON, 1965, p. 65). Isso porque o conhecimento científico, do século XX, passou a ser muito utilizado pelas sociedades e, conseqüentemente, cresceu rapidamente. O conhecimento científico advém da própria racionalidade dos sujeitos, cujo propósito é aprimorar as condições de vida, uma vez que, como bem explica Aron:

O progresso científico depende do estabelecimento de uma certa relação entre o pensamento abstrato e a experiência - e esta relação, por sua vez, só pode ser estabelecida por um tipo particular de raciocínio -, o que prefere proposições quantificáveis e exige que as explicações se submetam à confirmação ou à refutação pelos fatos (ARON, 1965, p. 65).

Isso quer dizer que a racionalidade da ciência está vinculada à metodologia, no amplo sentido, uma vez que combina o pensamento abstrato com a prática. Tudo aquilo que o ser humano desenvolveu com base no seu trabalho foi feito com a necessidade de suprir desejos e contornar

percalços. Sendo a racionalidade científica um instrumento pelo qual possibilita realizar propósitos, ela só é formulada porque há seres humanos que são impulsionados por determinada vontade. Sendo assim, a consequência da racionalidade científica pode ser julgada a partir da intenção dos indivíduos.

No que tange à conceituação de *crescimento*, o economista estadunidense W.W. Rostow (ROSTOW 1979 *apud*. ARON, 1981) caracteriza o crescimento econômico pela: “propensão ao desenvolvimento científico, a propensão a aceitar as possibilidades de inovação, a propensão à busca das melhorias materiais”. É uma definição estritamente econômica do crescimento. Contudo, no que diz respeito à visão dos historiadores econômicos, pode-se obter uma ideia diferente, pois eles se preocupam mais em saber como se desenvolveu o capitalismo moderno e, em seguida, a economia industrial nos países – e não quantificar e elencar os fatores que provocaram o crescimento. Para Aron, a perspectiva do historiador da economia é válida porque possibilita juntar o relato histórico dos acontecimentos econômicos com a análise dos resultados do processo do crescimento. Mas como fazer a abordagem sociológica do crescimento? O sociólogo francês considera que o crescimento depende exclusivamente da “atitude dos sujeitos econômicos” (ARON, 1981, p.149) – o que remete à perspectiva de análise weberiana. Dessa forma, pode-se reforçar a concepção de singularidade do crescimento de cada país, o que é de extrema importância quando se utiliza do Realismo para fundamentar a análise circunstancial de determinada sociedade.

Com a noção de sociedade industrial em mente, surgem duas ramificações operacionais: a de tipo econômico capitalista (países ocidentais, principalmente os EUA são exemplos) e a de tipo comunista (países do leste europeu liderados pela Rússia soviética). Aron as diferencia considerando que a capitalista se baseia pela forma de propriedade privada de produção, já a outra é coletiva. Em uma sociedade de tipo capitalista, as relações comerciais nacionais e internacionais funcionam simultaneamente; por outro lado a comunista as separa pelo fato de os planejadores conseguirem organizar melhor a economia de forma desassociada, e a separação contribui para otimizar a distribuição financeira dos investimentos dos planejadores. No capitalismo, a vontade dos consumidores é levada em consideração no momento da produção, enquanto na comunista não, porque há que impor as diretrizes de produção e consumo. A sociedade industrial soviética apresenta um grande empenho do Estado em realizar a industrialização rapidamente, mais precisamente na

indústria de base, pois aumenta, assim, a força de produção e que implica em um coletivo mais forte. Por outro lado, no capitalismo não acontece essa influência direta do Estado no processo de industrialização, mas ela ocorre pela iniciativa privada, respaldada pela demanda do mercado.

As concepções críticas das economias

Dadas as devidas diferenciações acerca das dinâmicas políticas e econômicas de ambos os blocos, nota-se que as críticas que Aron faz sobre elas possui uma análise sociológica que lança mão de uma percepção da teoria filosófica existencialista, a qual, aqui, tem como referencial as experiências dos indivíduos que compõem a sociedade industrial, melhor dizendo, como as escolhas de determinadas políticas econômicas podem gerar consequências que impactam na funcionabilidade social e como as experiências individuais podem provocar outras dinâmicas sociais.

Na década de 1930, Raymond Aron passa um período estudando e trabalhando na Alemanha, onde entra em contato com uma corrente promissora da Filosofia: a Fenomenologia. Essa, por sua vez, se torna precursora do Existencialismo, a qual diz respeito à obtenção do conhecimento a partir da tomada de consciência adquirida pelas experiências e fenômenos em seu meio prático. Quando Aron volta da Alemanha com tais conceitos apreendidos, ele os compartilha com seu então amigo Jean-Paul Sartre, o qual irá aprimorar a teoria posteriormente². Desde então, o sociólogo francês esteve muito ligado com o ponto de vista da fenomenologia e do existencialismo devido a sua admiração à racionalidade das coisas, embora não fosse um filósofo dessas teses. É imperioso lembrar sempre dessa constatação, pois as obras de Aron são largamente baseadas na perspectiva racional e experimental das atividades sociais, políticas e econômicas.

No que diz respeito à análise em relação ao capitalismo, Aron chega à conclusão de que o capitalismo não tem como ser destruído nem se autodestruir, porém ele está fadado a sempre ter crises. O sociólogo francês apresenta, então, três eixos centrais que compõem sua crítica ao capitalismo. O primeiro consiste na desigualdade de renda e de produção. Esta teoria consiste na ideia de que no capitalismo teria um cenário de que não seria capaz de consumir a produção gerada, já que a distribuição de renda seria bastante desproporcional, fazendo com que haja um excedente da produção. O segundo diz respeito à insuficiência de investimentos no capital produtivo que, em contrapartida, a preferência e preponderância por investimentos no capital financeiro é prejudicial

² Ver mais em Bakewell (2017).

devido à tendência a especulações e instabilidade regulatória do mercado – Aron deixa bem claro o exemplo da Crise de 1929, quando apresenta esse eixo. O terceiro refere-se ao monopólio de propriedades privadas como obstáculo do crescimento econômico, no sentido da supressão da concorrência no mercado econômico. No que tange à concorrência, Aron afirma que o fim dessa implica na concentração da detenção de capital, o que gera monopólios, que por sua vez, deixa o consumidor refém de específicas empresas. Monopólio não no significado específico do termo, mas no sentido de *holdings, trusts, e, talvez, cartéis* (muitas empresas sob domínio único).

Em uma entrevista concedida a Alain Badiou (BADIOU, 2013), o filósofo questiona acerca do fenômeno ideológico. O uso da concepção de ideologia para Aron como algo rotulador e agrupador de crenças, a fim de requerer condições e meios de vida melhores ou como uma escolha filosófica, é limitante porque quando se tem consciência da nossa existência e da realidade que estamos inseridos, percebe-se que o que pode ser bom para um determinado contexto social não será adequado igualmente para os demais. Para Aron, essas perspectivas ou cada uma delas são partes integrantes de uma realidade global, a qual comporta cada contexto social específico; e o uso da ideologia serve para um sistema categorizador limitante e excludente. Ainda que a ideologia possa ser limitante, ao julgo aroniano – e que confronta muitas vezes com a realidade e com os dados – ela é um elemento naturalmente vantajoso e, de certa forma, necessário para indivíduos e grupos. A sociologia não é realizada de acordo com a decisão moral a partir de uma análise de determinada sociedade, mas pelo que a sociedade é em si, pela sua própria existência e dinâmica. É daí que se concebe, portanto, a sociologia filosófica que Aron costumava trabalhar.

Essa noção de ideologia defendida por Aron é um dos seus grandes alvos ao criticar as formulações das políticas econômicas do bloco soviético. A crítica parte, em primeiro lugar, da condenação ideológica do partido como fator hegemônico que impõe suas diretrizes econômicas, autoritariamente, suprimindo as vontades individuais da sociedade, o que indica que Aron entende como Estado Totalitário. Segundo o autor em *O Ópio dos Intelectuais* (ARON, 2016), o regime soviético segue a ideologia marxista de maneira que não condiz com a realidade da sociedade. Para ele, a atitude governamental é efetuada com características despóticas, ou seja, segue-se a vontade do grupo dirigente. E um Estado totalitário, munido por uma única ideologia, consiste na anulação da liberdade tanto política dos indivíduos quanto econômica, na medida em que o Estado interfira, planejando o sistema econômico, e nas instituições sociais com a finalidade de persuadir e

estabelecer uma verdade favorável à manutenção de sua hegemonia – flertando com a ideia de uma religião secular como base do fenômeno totalitário.

Outrossim, o autor francês é contrário à ideia universalista da causa proletária – no sentido de que todos os proletários do mundo são e possuem reclamações semelhantes. Durante a Guerra Fria, Aron desaprovava com firmeza que os partidos operários seguissem os comandos de Moscou e não reivindicassem as demandas internas – principalmente o partido trabalhista francês (ARON, 2016). Segundo ele, o proletariado da era bipolar, podia ser definido por uma doutrina da história e não pela experiência dos trabalhadores das indústrias, uma vez que havia a tendência de um alinhamento em escala macro aos direcionamentos de Moscou, negligenciando, por sua vez, as condições e reivindicações do presente local.

Em relação à técnica do crescimento econômico soviético, observa-se que esta é vinculada ao intuito político, é uma consequência ideológica. A ideologia promove um sentido de impulsão para caracterizar o crescimento, contudo o sentido que o sistema soviético adota tem como propósito mascarar o real significado da noção de acumulação de capital, de modo que seja favorável ao fortalecimento das forças estatais chamando, assim, de *construção do socialismo*, pois: “do ponto de vista psicológico, é muito preferível a expressão *construção do socialismo*, que dá um sentido moral, espiritual, aos sacrifícios exigidos às massas (ARON, 1981, p.180). A ideia que se instaura, portanto, serve para a população economicamente ativa da URSS como um combustível para se produzir no país; entende-se como se fossem produzir para um bem maior (o Estado), mas não para a própria subsistência.

No artigo de Nicholas Gane *In and out of neoliberalism: Reconsidering the sociology of Raymond Aron* é possível apreender as divergências apresentadas durante o tempo de Guerra Fria no que tange à conduta soviética e o efeito do neoliberalismo. Gane demonstra, então, que no campo sociológico soviético é possível compreender que uma economia bastante regulamentada e vinculada a um sistema de propriedade coletiva não significa conceder emancipação social, mais do que isso, ela pode levar ao surgimento de novas formas de opressão. No que concerne ao da política, essa consiste na apreensão de que a reivindicação de poder feita por um partido, que tem intuito transformar a ordem social, pode acarretar um sistema de governo despótico da minoria. E o campo filosófico se compreende na ilusão de que é preciso um ato heroico, um messias, para liderar a derrubada de um regime político e de um sistema econômico para que a ordem social seja transformada.

Por meio desse texto, é possível reconhecer o fato de Aron considerar que a economia planejada não acaba, de fato, com a desigualdade. Para ele, ela reproduz as mesmas desigualdades estruturais do capitalismo, ainda que de maneira diferente. Percebe-se que ela opera, assim como na economia capitalista, por meio de uma combinação de hierarquia e competição, pois a competição é inevitável em todas as sociedades industriais, e ainda interfere na organização das classes. Um dos argumentos aronianos para explicar a semelhança entre os dois modelos é o fato de que a economia do regime soviético promove uma rápida acumulação de riqueza tal qual o capitalismo. No entendimento de Aron, o sistema econômico soviético agiu de forma a se tornar um sistema industrial de larga escala mais do que uma alternativa para a solução dos problemas gerados pelo capitalismo, uma vez que a economia soviética, do mesmo modo, precisou lidar com os mesmos problemas de mercado, como tomar decisões acerca dos tipos e quantidades dos bens produzidos e lidar com a alocação dos recursos. Desse modo, é possível notar que o sistema econômico soviético utiliza de mecanismos parecidos com os das sociedades ocidentais.

Além disso, pode-se compreender a discordância que a sovietação promove sobre o pleno desenvolvimento das forças produtivas e a distribuição equalizada dos produtos. Ademais, o filósofo é, ainda, contrário à ideia de que somente a revolução operária pode assegurar liberdade, pois os defensores do regime soviético argumentam estarem os homens alienados e presos em um sistema de exploração comandado por aqueles que detêm os meios de produção. Para Aron, essas concepções são falaciosas porque o sistema soviético prega o contrário, diz promover a liberdade enquanto é algoz dos homens que estão inseridos em seu sistema, utilizando métodos deploráveis para realizar o crescimento rápido e eliminando a mínima liberdade existente dos indivíduos:

Numa visão de amplo alcance, o verdadeiro conflito entre a União Soviética e o Ocidente diz respeito não tanto aos métodos de modernização econômica quanto aos direitos que possuem os homens de formar sua própria concepção do seu destino, para além e acima da edificação de pirâmides de aço e de concreto (ARON, 1965, p. 59).

Por outro lado, o advento do neoliberalismo durante a Guerra Fria estabeleceu um contraponto para além do comunismo soviético da época: era, sobretudo, um antídoto para o liberalismo do *Welfare State*. Nesse campo, um dos grandes embates à época dentro da arena intelectual foi protagonizado por Friedrich August von Hayek (1889 – 1992) e Raymond Aron.

Friedrich Hayek, autor de *O Caminho para a Servidão* (1944), defendia a liberdade econômica como preponderante e fundamental para a existência de outras liberdades, como a pessoal e a política. Entende-se que, na visão dele, as liberdades pessoal e política dependem exclusivamente da econômica, como se fosse uma condição prévia para todas as outras liberdades. Ou seja, só ela garantirá as outras liberdades. Nota-se ainda a argumentação de Hayek sobre o liberalismo econômico ser a melhor solução para combater o mal do totalitarismo (entendido como o caso da URSS), o qual é compreendido como “um fenômeno político de ‘resultado inaceitável’” (CHÂTON, 2016, p.108), uma vez que o socialismo proporciona o caminho direto à escravidão, quando se afastam do liberalismo econômico, no qual o Estado seria o algoz ao impor suas vontades e metas, e o coletivismo econômico suprime as escolhas econômicas do individualismo.

O entendimento sobre liberalismo de Aron se opõe ao argumento de Hayek. Aquele, ao se opor ao liberalismo de Hayek, chama o autor austríaco de “marxista de direita” e, ao fazê-lo, entende-se que a concepção hayekiana se assemelha ao marxismo no sentido econômico para atingir um fim: “a morte do Estado em sua distinção da sociedade” (RENAUT *apud.* CHÂTON, 2016, p. 148). Nesse ponto surge a crítica aroniana: por mais que sejam antagônicos em seus meios, a finalidade de ambas as teorias econômicas é a extinção do Estado. Ademais, entende-se pelo estudo de Gwendal Châton³ que desde que não exista o Estado em seu aspecto democrático, melhor para as políticas neoliberais, haja vista o caso chileno que durante o período ditatorial de Pinochet instauraram políticas econômicas neoliberais do grupo *Chicago Boys*. Pode-se compreender que o neoliberalismo utiliza, portanto, de mecanismos autoritários para que se tenha funcionamento pleno e autonomia para exercer tal liberdade econômica (CHÂTON, 2016, p.126).

Diante disso, é possível observar que Aron se posiciona contrariamente à essa teoria neoliberal, uma vez que nela preconiza-se o liberalismo no sentido econômico (que é entendido como uma ausência de coerção) e intervenção mínima do Estado, de forma a terceirizar serviços que são de obrigação estatal para o monopólio do capital privado em diversos setores da sociedade. Não obstante, para Aron, prevalece a noção política de liberdade, mas não somente isso, já que ele defende também a liberdade em sua essência plural. O que quer dizer que há uma definição de liberdade para ele dividida em quatro dimensões (*Ibidem*, p.114), são elas:

³ CHÂTON, Gwendal. *Libéralisme ou démocratie? Raymond Aron lecteur de Friedrich Hayek*. *Revue de philosophie économique*, Vrin, Paris. vol.17. n.n/h., pp. 103-134, 2016/1.

- 1) **Liberdade interior:** capacidade de pensar livremente. Adquirida por meio de uma educação em autonomia.
- 2) **Liberdade política:** presente em sociedades democráticas, ela permite escolher os seus representantes e participar de certas decisões. Concede o direito de ir e vir, manifestar-se livremente, e ela está intimamente ligada à obediência à lei, mas também a líderes nomeados coletivamente;
- 3) **Capacidade de liberdade:** é capacidade de exercer o próprio poder de agir. Geralmente requer a intervenção do Estado, muitas vezes a única entidade capaz de garantir a eficácia de um conjunto de liberdades que permanecem se não estritamente formais;
- 4) **Liberdade nacional:** uma nação não está sujeita à soberania externa.

Para Aron, a liberdade em seu sentido puro não é algo a ser objetivado, mas que deriva de uma relação subjetiva de um indivíduo com a realidade. Ou seja, a liberdade não pode ser definida de maneira concreta e específica, ela está diretamente ligada às relações subjetivas que as circunstâncias da realidade impõem. Ademais, as liberdades do meio social, principalmente a política, prevalecem em detrimento à econômica. Isso explica o que faz com que Aron procure uma intercessão quando considera a intervenção do Estado na capacidade de liberdade a fim de equiparar e não privilegiar as “liberdades burguesas” (*Ibidem*), nas quais o capital interfira nas ações dos indivíduos.

Antes de tudo, deve-se prevalecer na sociedade o caráter democrático – este é o ponto central para Aron – depois vem a dimensão liberal. Isso porque Aron teme que com a hegemonia do liberalismo em uma sociedade as funções e as virtudes dos cidadãos desapareçam ou sejam negligenciadas para atender uma imposição econômica. Entende-se que Aron enxerga a preferência ao regime democrático como benéfica e que só ela poderá dar mobilidade e fluidez ao sistema econômico, uma vez que é a democracia que valoriza a conflitualidade, dinamismo de ideias e propostas que vão superar os obstáculos do próprio sistema:

Que não se diga que estamos procurando em vão a restauração de um liberalismo morto. Vivemos e continuaremos a viver sob um regime intermediário. Os dois sistemas extremos, aquele em que os mecanismos de mercado funcionam sem obstáculos e aquele em que o Estado vai até o fim do planejamento, são, em teoria, mais lógicos e mais fáceis do que o sistema misto. Na Europa Ocidental, entretanto, o planejamento integral é inconcebível, se não como subproduto da invasão soviética, e o liberalismo integral excluído, tanto pelas circunstâncias econômicas

como pela psicologia humana. A tarefa é viabilizar o regime misto, que até agora não tem sido viável (ARON *apud.* CHÂTON, 2016, p. 111).

Uma alternativa possível

Os efeitos de ambas as economias no nível político-filosófico entendidos por Aron nos permitiram conceber a ideia de um hibridismo, o qual é entendido aqui como uma convergência de elementos dos dois modelos políticos antagônicos. Tal hipótese de hibridismo foi constatada ao longo da pesquisa na medida em que os argumentos aronianos se assimilam com as teses difundidas por John Maynard Keynes (1883 – 1946). Isso porque Aron defende que não faz sentido haver uma dicotomia entre uma economia de mercado e uma de planificação, pois, embora estes dois métodos sejam rivais, eles não promovem ou seguem seus próprios caminhos, já que cada um necessita de características do outro para se manter. Portanto, o sociólogo sugere que sistemas econômicos mistos são factíveis, sustentáveis e não formas de transição. É a partir dessa ideia que a teoria keynesiana ganha destaque tanto intelectual quanto prático, pois promove uma convergência dos aspectos dicotômicos: estabelecendo o Estado como regulador da atividade econômica e mantendo o regime capitalista.

A relação entre os pensadores é visível quando as críticas que Aron faz possuem soluções na obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (1936)*⁴ de John Maynard Keynes. Isso porque a teoria keynesiana mostra-se como uma forma de exercer o capitalismo por meio de uma maneira reformada. E essa reforma se dá, em primeiro lugar, pelo rompimento de Keynes com a teoria econômica clássica, porque a experiência social não condizia com as práticas econômicas. Na verdade, elas eram insatisfatórias para as condições que as sociedades ocidentais de tipo capitalistas passavam depois da Primeira Guerra Mundial, sobretudo da Crise de 1929. Para o economista inglês, os teóricos econômicos clássicos deveriam parar de dar ênfase e criar ainda mais suposições sobre a doutrina clássica, pois não era mais o momento de conjecturar, mas de pôr em prática aquilo que estava ausente anteriormente, a fim de melhorar a situação econômica e social. O rompimento é fruto de uma longa experiência de Keynes que evidencia, portanto, a precariedade das condutas econômicas para solucionar problemas da sociedade.

Uma característica bastante robusta presente em ambos é o caráter de partirem da percepção experimental e real para respaldar suas críticas aos modelos econômicos. Além disso, em consonância

⁴ KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. 2ª Edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

com a crítica de Aron à dinâmica política, social e econômica, Keynes infere que se o comunismo perdurasse, ele seria uma nova religião, ou seja, deixaria de ser uma opção de organização econômica. A ineficiência da economia russa-soviética saltou os olhos de Keynes quando fora visitar o país durante a década de 1930:

Pelo lado econômico não me dou conta de que o comunismo russo tenha trazido qualquer contribuição de interesse intelectual ou valor científico aos nossos problemas econômicos. Não creio que encerre, nem na possibilidade de que encerre, sequer um fragmento de técnica econômica útil que não pudéssemos aplicar, se o quiséssemos, com igual ou maior êxito, numa sociedade que conservasse em toda a linha [...] os ideais burgueses britânicos. (KEYNES *apud* DILLARD, 1982, p. 295)

Para o economista, o comunismo da Rússia soviética fracassava economicamente, mas continuava pulsante pelo proselitismo do partido. Ambos os pensadores concordam com a noção de religião secular quanto ao fenômeno russo, e nas palavras de Keynes:

Como posso aceitar uma doutrina que erige como bíblia, acima e além da crítica, um manual de economia antiquado, que eu sei que não só é cientificamente errôneo, mas que ademais carece de interesse e de aplicação ao mundo moderno? (*Ibidem*, p. 293)

Considerando a sustentação por parte de John Keynes ao defender características de uma economia socialdemocrata, na qual podemos notar a manutenção da participação ativa do Estado na economia, tendo ele um papel de consumidor, investidor e, o mais importante, como regulador da atividade econômica; é possível notar que Keynes propõe um objetivo político principal que é o pleno emprego, para que a economia continue funcionando, buscando, assim, um equilíbrio orçamentário, no qual proporcione condições de atenuar a desigualdade social por meio de um sistema tributário progressivo.

Faz-se necessário que haja incentivos, ainda, para que a relação entre trabalho e a retribuição funcione. O incentivo à produção é condição para o crescimento. Um dos aspectos que atuam sobre essa relação é o fisco, no que diz respeito às economias mais desenvolvidas. A tributação excessiva pode influenciar a redução do crescimento pois faz com que as pessoas percam interesse em

produzir além do mínimo determinado. Além disso, a desigualdade salarial pode ser vista como algo favorável ao crescimento, pois pode haver a possibilidade de aumento da remuneração, e quanto maior a proposta, maior o incentivo e maior a produção.

Os fatores de produção tornam cada vez menos móveis à medida que a sociedade industrial progride. Para que uma economia continue a prosperar, é necessário que os indivíduos dessa sociedade tenham condições financeiras básicas para que possam participar adequadamente do sistema econômico; além disso, é preciso que haja os incentivos apropriados para que os empresários invistam. Em relação aos investimentos, Keynes traz uma alternativa de estabelecer uma taxa de juros baixa, para que o investimento no capital produtivo seja estimulado e que o capital financeiro improdutivo (especulativo) tenha desvantagens, sendo assim, a produção interna terá maior estímulo devido aos investimentos produtivos.

Os conceitos de desenvolvimento, crescimento e progresso são, frequentemente, confundidos, pois tendem a crer que eles levam a um único fim: aumento da renda total. É uma visão unilinear do processo histórico, como se todos os países - cada um em seu próprio tempo - tivessem uma única finalidade. A teoria do desenvolvimento, no entanto, propõe uma interpretação distinta em que os países tendem sim a acumular capital, porém, o jeito que o montante é aplicado é de caráter qualitativo. Isto quer dizer que em um país desenvolvido, utiliza-se o dinheiro visando a melhoria da produção - com a organização do trabalho e aprimoramento das ferramentas deste - e maior distribuição de renda a fim de proporcionar aos cidadãos melhores condições de vida, de saúde, de educação e de segurança, por exemplo.

Entende-se, portanto, que o desenvolvimento não corresponde apenas ao crescimento, mas também à transformação do contexto social. E ao comparar as sociedades soviética com a ocidental, nota-se a presença do fenômeno de desenvolvimento nelas. Por mais que elas apresentem características políticas divergentes, há pontos semelhantes nestas sociedades como a industrialização, a urbanização, a educação em larga escala, o incentivo da educação profissionalizante, e a separação do contexto familiar do trabalho.

No que concerne à crítica ao monopólio, a teoria keynesiana promove a ideia de que o Estado teria um papel também, além de regulamentar, de estimular a industrialização intensiva em

tecnologia, sobretudo em projetos de infraestrutura, para que gere novos empregos com melhor remuneração, fazendo com que dessa forma crie uma alternativa em relação à concorrência com as empresas privadas, demonstrando um custo-benefício melhor do que o setor privado.

Em suma, o que Keynes propõe é uma mescla de elementos das políticas econômicas liberal e socialista, mesmo sendo contrário ao socialismo e ao regime soviético. De todo modo, é uma maneira que se obtém um regime democrático de bem-estar social de cunho liberal tanto no plano teórico quanto prático que se adequa às experiências sociais.

A coexistência de tais aspectos da teoria keynesiana favorece à funcionabilidade do regime democrático, uma vez que atende as carências sociais ao mesmo tempo que a liberdade individual é garantida pelo Estado. As políticas econômicas formuladas por Keynes durante a primeira metade do século XX mostram que podem ser executadas e modeladas ao longo do tempo de acordo com as necessidades de cada sociedade, o que pode nos mostrar também que as mudanças realizadas porventura serão debatidas e aplicadas em consonância com a realidade. A Democracia permite a maleabilidade de políticas públicas e econômicas sem suprimir a liberdade do corpo civil, e o regime político deve preceder tais políticas. Isso porque no caso neoliberal, Aron se contrapõe a Hayek justamente por não concordar que para colocar o neoliberalismo em prática, o regime político precisa ser uma ferramenta de execução, como assim o é no autoritarismo de Pinochet.

Considerações finais

À vista disso, quando se lê Aron, entende-se que as noções de liberdade, igualdade e fraternidade são e devem ser garantidas por um Estado republicano (subentendendo-se à Revolução Francesa) de regime democrático. Todavia, no que se diz respeito ao conceito de liberdade, ele alega que o regime democrático não tolera – do ponto de vista sociológico – a precedência da liberdade econômica, já que esta não tem como ser garantida. Ou seja, a liberdade que sustenta o regime democrático é a política, a qual é determinante para a consolidação da soberania popular (ARON, 1965 [1968]).

Além disso, a cientista política estadunidense, Nancy Bermeo (1998) explica, em *Going Mad or Getting Mad? Cidadãos, escassez e o colapso da democracia na Europa de entre as guerras*⁵, que a ingerência do

⁵ Embora o texto refira-se ao contexto entreguerras, considerá-lo nos faz compreender ainda mais sobre as vulnerabilidades da Democracia.

Estado tem mais impacto na queda da democracia quando a *ordem civil* não é garantida. E para que isso não aconteça, essa exige que o Estado proporcione, em vias legais, condições de *bem-estar social*⁶, somadas a uma tentativa de cessar conflitos sociais que deem munção para o movimento antidemocrático, assegure uma boa infraestrutura urbana e fortaleça as instituições jurídicas e sociais, as quais corroboram para efetivação da ordem civil. A partir desse raciocínio é possível conceber mais um motivo do porquê o hibridismo político-econômico – debatido anteriormente – ser o que consideramos a via mais razoável para uma melhor experiência democrática.

Por fim, buscamos apontar que a defesa sistemática da democracia liberal e sua manutenção nos parece ser a característica central do trabalho de Aron. Este intelectual marginal conseguiu enxergar além dos dois filtros ideológicos da época ao colocar luz na imprescindibilidade da liberdade do homem. Como visto, o essencial para o sociólogo e filósofo francês é, portanto, a livre possibilidade de escolha sem a obrigatoriedade de adequá-las às normativas ideológicas que levaram os indivíduos viver em um tempo de extremos.

Referências Bibliográficas

ANSART, Pierre. **A Gestão das Paixões Políticas**. 1ª Edição. Curitiba: Editora UFPR. 2019.

ARON, Raymond. **A Era da Tecnologia**. Série Cadernos Brasileiros nº 5. Rio de Janeiro: Editora Cadernos Brasileiros. 1965.

_____. **Dezoito Lições sobre a Sociedade Industrial**. 1ª Edição Brasileira. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1981.

_____. **Democracy and Totalitarianism**. Londres: *The Camelot Press Ltd*. 1968.

_____. **O Ópio dos Intelectuais**. 1ª Edição. São Paulo: Três Estrelas. 2016

BADIOU, Alain. **Badiou and the Philosophers: Interrogating 1960s French Philosophy**. Londres: Bloomsbury Academic. 2013.

⁶ KEYNES, John Maynard. **Treatise on probability**, In: KEYNES, John Maynard. **Collected Writings of John Maynard Keynes**, vol. VIII, *Macmillan and Cambridge University Press*, Londres. 1973a.

KEYNES, John Maynard. **A monetary production economy**, In: KEYNES, John Maynard. **Collected Writings of John Maynard Keynes**, vol. VIII, *Macmillan and Cambridge University Press*, Londres. 1973b.

- BAKEWELL, Sarah. **No Café Existencialista: o retrato da época em que a filosofia, a sensualidade e a rebeldia andavam juntas.** 1ª Edição. São Paulo: Editora Objetiva. 2017.
- BERMEO, Nancy. **Going Mad or Getting Mad? Cidadãos, escassez e o colapso da democracia na Europa de entre as guerras.** Penélope: Partidos, eleições e crise da democracia na Europa, Universidade de Princeton, Princeton, vol.n/h., n.º. 19-20, pp.1-42, 1998/1.
- CHÂTON, Gwendal. **Libéralisme ou démocratie? Raymond Aron lecteur de Friedrich Hayek.** *Revue de philosophie économique*, Vrin, Paris. vol.17. n.n/h., pp. 103-134, 2016/1.
- DILLARD, Dudley. **A Teoria Econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária.** 4ª Edição. São Paulo: Livraria Pioneira. 1982.
- GANE, Nicholas. **In and Out of Neoliberalism: Reconsidering the Sociology of Raymond Aron.** *Journal of Classical Sociology*. Coventry, vol.16, n.3, pp.261-279, Ago., 2016.
- KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** 2ª Edição. São Paulo: Nova Cultural. 1985.
- _____. **Treatise on probability.** In: JOHNSON, Elizabeth (ed.) e MOGGRIDGE, Donald (ed.). **Collected Writings of John Maynard Keynes, vol. VIII.** Londres: *Macmillan and Cambridge University Press*. 1973.
- _____. **A monetary production economy.** In: JOHNSON, Elizabeth (ed.) e MOGGRIDGE, Donald (ed.). **Collected Writings of John Maynard Keynes, vol. VIII.** Londres: *Macmillan and Cambridge University Press*. 1973.
- KRIEGER. Leonard. **The Autonomy of Intellectual History.** *Journal of the History of Ideas*, Pennsylvania. vol.34, n.4, pp. 499-516, Oct. - Dec., 1973.
- LIEBEL, Vinícius. **Raymond Aron e a Balança da Guerra Fria.** Comunicação na Disciplina Direitas, História e Memória II. Porto Alegre/PUCRS. Mimeo. 25 mai. 2016.
- ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História Conceitual do Político.** *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.15, n.30, pp. 9-22, 1995/2.
- SKINNER, Quentin. **Meaning and Understanding in the History of Ideas.** *History and Theory*, Middletown, Connecticut, vol.8, n.1, pp. 3-53, 1969/1.
- STREECK, Wolfgang. **Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo democrático.** 1ª Edição. São Paulo: Boitempo. 2018.